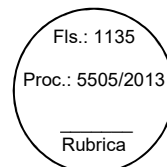




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



## **SEGUNDO MONITORAMENTO**

### **Procedimentos de licenciamento ambiental e sua fiscalização**



**BRASÍLIA – 2017**



## **Resumo Executivo**

Trata-se do segundo monitoramento da Auditoria Operacional realizada no âmbito do Processo nº 5.505/2013, cujo objeto foi a verificação dos procedimentos de licenciamento ambiental e sua fiscalização.

O órgão responsável, no Distrito Federal, pelas políticas ambientais, bem como pela avaliação de impactos ambientais e pelo licenciamento, autorização, fiscalização e monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, assim como daqueles capazes de causar degradação ambiental, é o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM.

No curso da auditoria, realizada em 2013, verificou-se a insuficiência de recursos humanos para a realização das atividades de licenciamento ambiental e sua fiscalização, o que poderia provocar diversos problemas, como riscos de realização de empreendimentos sem o devido licenciamento, deixando de atender ao caráter preventivo dos danos ao meio ambiente, além de comprometer os serviços prestados à sociedade.

Observou-se, ainda, que não havia padronização de procedimentos, nem manual para o desenvolvimento das atividades de licenciamento, o que poderia levar a tratamento desigual aos empreendedores.

Constatou-se, à época, a inexistência de controle e de monitoramento das condicionantes do licenciamento e o descumprimento de prazos legais na emissão das licenças. Essas falhas poderiam acarretar danos ambientais, com a consequente perda da efetividade do licenciamento, além de descrédito do órgão e possibilidade de demandas judiciais e empreendimentos funcionando sem a devida licença.

Por fim, verificou-se que as compensações ambientais, que devem minimizar os efeitos dos danos provocados pelos empreendimentos ao meio ambiente, não estavam cumprindo integralmente a sua finalidade, pois a parte investida em obras e serviços (parquinhos, pistas de skate, aparelhos de ginástica, etc.) passou a constituir custo permanente para o órgão, que não possui equipe própria para as devidas manutenções, provocando interdição de muitas dessas benfeitorias.

### **O que o Tribunal buscou avaliar?**

O primeiro monitoramento resultou no Relatório de fls. 954/972, no qual se assinalou que as deliberações constantes da Decisão nº 2.149/2015 não foram cumpridas, em sua integralidade, pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM.

Nesta fase processual procura-se avaliar o cumprimento das determinações nos itens II-a, II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão nº 2.149/2015.



Para alcançar esse objetivo, foram propostas 04 (quatro) questões de monitoramento:

- 1) O IBRAM elaborou manual de procedimentos para orientar a concessão de licenciamento ambiental e sua fiscalização?
- 2) O IBRAM está acompanhando e controlando as condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento?
- 3) O IBRAM desenvolveu procedimentos de controle de prazos?
- 4) O IBRAM adotou medidas para que haja manutenção dos "parquinhos e playgrounds" existentes nos parques sob sua administração?

### **O que o Tribunal constatou?**

Após a realização do primeiro monitoramento (fls. 897/973), restavam pendentes a verificação do cumprimento de 4 (quatro) itens<sup>1</sup> da referida decisão.

Em relação ao item II-a, relativo à adoção de medidas gerenciais para o acompanhamento e controle das condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento (Achado 04), verificou-se que há um elevado percentual de licenças ambientais, sem que, contudo, seja feita a posterior fiscalização do IBRAM do cumprimento das diversas condicionantes<sup>2</sup>.

Quanto ao item II-b da Decisão nº 2149/2015, relativo ao controle dos prazos, há medidas já implementadas e outras em implementação para que os prazos de licenciamento atendam às disposições legais. Neste sentido, considerou-se atendido o referido item.

Em relação ao item IV-a da citada Decisão, que recomendou ao Instituto que elaborasse manual referente aos serviços de licenciamento ambiental e sua fiscalização, o IBRAM registrou que foram desenvolvidos os seguintes instrumentos: lista de verificação ou checklist; adoção (futura) de Pareceres Estruturados e, ainda em elaboração, Instrução Normativa que estabelece procedimentos para o processo de licenciamento ambiental. Neste sentido, considerou-se atendido o item IV-a da Decisão nº 2.149/2015.

Por fim, quanto ao item IV-b.i da Decisão 2.149/2015, o IBRAM estabeleceu parceria com a FUNAP para que fosse feita a manutenção dos parques. Logo, entendeu-se cumprido o referido item.

O grau de efetivação das determinações e recomendações constantes da Decisão nº 2.149/2015, tratadas neste monitoramento, foi de **75%** e encontra-se resumido na tabela a seguir:

---

<sup>1</sup> Itens II-a, II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão nº 2149/2015.

<sup>2</sup> Há diversas exigências que estipulam prazos de 30, 60, 90 dias, etc., para o cumprimento das pendências no processo de licenciamento.



Quadro 1 – Itens analisados no 2º monitoramento da Decisão nº 2.149/2015

Situação	Cumprida ou Implementada?	Parcialmente cumprida ou Parcialmente implementada?	Não cumprida ou Não implementada	Total
Item II-a	---	---	X	
Item II-b	X	---	---	
Item IV-a	X	---	---	
Item IV-b.i	X	---	---	
Quantidade	3	---	1	4
Percentual	75%	---	25%	100%

## 1. Introdução

### 1.1 Apresentação

Trata-se do segundo<sup>3</sup> monitoramento realizado no IBRAM, em atenção ao PGA<sup>4</sup> de 2017, cujo objetivo é a verificação dos itens II-a, II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão nº 2.149/2015 (fls. 724/725).

### 1.2 Visão Geral do Objeto

2. Em 2013 realizou-se Auditoria Operacional no IBRAM/DF, em observância ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2013, aprovado pela Decisão nº 96/2012.

3. Verificaram-se os procedimentos adotados pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM quanto ao licenciamento ambiental e sua fiscalização.

### 1.3 Contextualização

4. A auditoria realizada no âmbito do Processo nº 5.505/2013 teve por objetivo verificar os procedimentos de licenciamento ambiental e sua fiscalização.

5. Assim, à época, evidenciaram-se 8 (oito) Achados de Auditoria, a saber:

<sup>3</sup> O 1º monitoramento foi realizado em 2016 e considerou que as deliberações constantes dos itens II-c e II-d da Decisão nº 2.149/2015 foram cumpridas/implementadas.

<sup>4</sup> Ver Decisão nº 58/2016-Administrativa.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



**Tabela 1: Achados de Auditoria – Processo nº 5.505/2013**

Achado	Descrição
1	Insuficiência de recursos humanos para a realização das atividades de licenciamento ambiental e sua fiscalização.
2	Insuficiência de recursos materiais, bem como inadequação do ambiente/espço físico na Superintendência de Licenciamento e Fiscalização – SULFI para o desempenho das atividades.
3	Ausência de padronização de procedimentos.
4	Inexistência de acompanhamento e controle das condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento.
5	Não cumprimento dos prazos legais na emissão das licenças ambientais.
6	Ausência de publicidade em deferimento de licenças operacionais
7	Licenças expedidas com exigências de ações corretivas a serem observadas
8	Compensação ambiental parcialmente eficiente

Fonte: Relatório Final de Auditoria (fls. 628/691)

6. Por meio da Decisão nº 2.149/2015 (fls. 724/725), aprovou-se a realização de monitoramento. O IBRAM encaminhou o plano de ação de fls. 736/740 para atendimento das determinações plenárias.

7. O primeiro monitoramento resultou no relatório de fls. 954/972, originando a Decisão nº 3.576/2016, no qual assinalou-se que as ações tomadas pelo Instituto para o cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 2.149/2015 foram parcialmente atendidas e foi autorizada a continuidade do monitoramento (fl. 1002):

“(…) III – informar ao Presidente do IBRAM que 57,1% das deliberações constantes da Decisão nº 2.149/15 ainda não foram implementadas integralmente;

IV – determinar ao Instituto que apresente novo Plano de Ação em que aponte as medidas a serem tomadas para que sejam:

a) atendidos os prazos do licenciamento ambiental estabelecidos no Art. 14 da Resolução Conama nº 237/97 e §2º do Art. 16 da Lei nº 41/89;

b) padronizados e manualizados seus procedimentos;

c) realizada a manutenção dos parquinhos e playgrounds (item IV.b.i da Decisão nº 2.149/15);

V – autorizar: a) a continuidade do monitoramento;”

8. O IBRAM encaminhou novo Plano de Ação para atender às determinações plenárias que restavam pendentes de adimplemento (fl. 1014).

## 1.4 Destinatários do Relatório

9. O Relatório de Monitoramento terá como destinatários o TCDF, o IBRAM e a população do DF.



## **1.5 Objetivos**

### **1.5.1 Objetivo Geral**

10. Verificar o cumprimento dos itens II-a, II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão 2.149/2015, cuja execução estava pendente após a realização do primeiro monitoramento (fls. 724/725).

### **1.5.2 Objetivo Específico**

11. Definiu-se quatro questões de monitoramento (QM):

QM 1 - O IBRAM elaborou manual de procedimentos para orientar a concessão de licenciamento ambiental e sua fiscalização?

QM 2 - O IBRAM está acompanhando e controlando as condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento?

QM 3 - IBRAM desenvolveu procedimentos de controle de prazos?

QM 4 - O IBRAM adotou medidas para que haja manutenção dos "parquinhos e playgrounds" existentes nos parques sob sua administração?

## **1.6 Escopo**

12. O monitoramento abrangeu o cumprimento das deliberações constantes na Decisão nº 2.149/2015, itens II-a, II-b, IV-a e IV-b.i (fls.724/725).

13. Para a implementação dos itens acima foi encaminhado pelo Instituto o seguinte Plano de Ação (fl. 1014):

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 1141

Proc.: 5505/2013

Rubrica

**Tabela 2 - Plano de Ação**

<b>Determinar ao Instituto que apresente novo Plano de Ação em que aponte as medidas a serem tomadas para que sejam:</b>	<b>Medidas a serem adotadas para cumprimento das proposições (Ações)</b>	<b>Data prevista para a implementação</b>
a. atendidos os prazos do licenciamento ambiental estabelecidos no Art. 14 da Resolução Conama nº 237/97 e §2º do Art. 16 da Lei nº 41/89	1) Contratação de duas consultorias através de cooperação técnica internacional com a UNESCO para uma reformulação da gestão administrativa do Instituto. A seguir, detalhamos os objetos dos processos: a. Processo nº 391.001.749/2014, referente a contratação de consultoria especializada para capacitação na área de gestão por processos, atualmente em curso e sendo realizada pela empresa <i>EloGroup</i> . b. Processo nº 391.000.334/2016, referente a contratação de consultoria para levantamento de requisitos (em andamento) do SISLAM (Sistema Informatizado do Licenciamento Ambiental) e desenvolvimento de software (em fase de seleção do fornecedor). Com o término do levantamento de requisitos será realizada a contratação da fábrica de software.	Janeiro/2017  Setembro/2016
	2) Implementação do Escritório de Processos no âmbito da Unidade de Planejamento- do IBRAM.	Junho/2016
	3) Implementação do Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do IBRAM. A primeira área negocial a ser virtualizada será a Consulta Prévia e posteriormente a parceria entre IBRAM e SEPLAG visa a virtualização do processo de licenciamento ambiental para os demais processos de negócio (demais atividades licenciáveis).	Setembro/2016 e Junho/2017
b. padronizados e manualizados seus procedimentos.	1) Criação de um caderno de Instruções Normativas, dividido em dois capítulos, de modo a regulamentar o licenciamento de atividades específicas no âmbito do IBRAM.	Dezembro/2016 e Junho/2017
c. realizada a manutenção dos parquinhos e playgrounds.	1) O IBRAM em conjunto com a SEMA trabalha atualmente na confecção de um Termo de Referência para a contratação de empresa para manutenção dos parques e unidades de conservação para o ano de 2017.	Setembro/2016



## 1.7 Metodologia

14. Os procedimentos e técnicas utilizados na execução da presente fiscalização foram: nota de auditoria, análise documental, aplicação de *checklist* e entrevista.

15. Solicitou-se<sup>5</sup> a quantidade de Licenças de Fiscalização (com os respectivos números de processos) emitidas pelo IBRAM no período de agosto de 2016 até julho de 2017 e foram analisadas todas as Licenças de Operação de 2016 por meio do site do IBRAM<sup>6</sup>.

16. Convém mencionar que o licenciamento é constituído de três fases que estabelecem condições e medidas de controle ambiental e que deverão ser observadas pelo empreendedor (Licenças Prévia, de Instalação e de Operação).

17. A Licença de Instalação<sup>7</sup> (LI) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante.

18. Já a Licença de Operação<sup>8</sup> (LO) autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

19. A partir dos dados apresentados pelo Instituto<sup>9</sup>, fez-se o exame *in loco* de cerca de 20% do total dos processos. Avaliou-se, principalmente, o cumprimento dos prazos legais de análise e se as licenças ambientais estavam (ainda) sendo expedidas com condicionantes<sup>10</sup>, mas com a posterior fiscalização para constatar o cumprimento das mesmas.

20. Parte dos processos<sup>11</sup> analisados foram parcialmente digitalizados e estão disponíveis no Portal do GDF – SEI.

21. A tabela, a seguir, assinala os processos da amostra<sup>12</sup>.

<sup>5</sup> Notas de Auditoria nºs 11 e 13 (fls. 1045 e 1055).

<sup>6</sup> <http://www.ibram.df.gov.br>

<sup>7</sup> Resolução CONAMA 237/97, art. 8º, I.

<sup>8</sup> Resolução CONAMA 237/97, art. 8º, II.

<sup>9</sup> Ofício SEI-GDF nº 743/2017-IBRAM/PRESI (e-Doc FF1F5583).

<sup>10</sup> Ver PT 2 (fls. 1101 a 1128).

<sup>11</sup> Parte dos processos está parcialmente digitalizada. Os processos com o asterisco foram examinados fisicamente e em meio digital (o número original do processo foi alterado para se adequar ao padrão do SEI).

<sup>12</sup> Ver PT 2, Tabela 1 (fl. 1103).



**Tabela 3 – Processos examinados**

190.000.314/2000	0391-002753/2015 (00391-00015793/2017-25)	0191.000-854/1998 (00391-00015655/2017-46)
391.001.007/2009 (0391-00013733/2017-78)	191.000.557/1994	00391-00015721/2017-88
092.005.710/2003	391.002.062/2015	0390-000954/2016 (00391-00013651/2017-23)
191.001.235/1994	0190-000353/2002 (00391-00013015/2017-00)	0391.000.954/2016 (00391-00012726/2017-59)
190.001.275/2005	190.000.406/2002 (00391-00013171/2017-62)	391.002.033/2016
190.000.593/2001	191.000.834/1996	391.000.579/2013
190.000.751/2001	391.000.848/2015	391.000.837/2009
391.000.438/2014	190.000.400/2006	
191.000.448/1999 (00391.0001.3214-2017-18)	190.001.379/2001	

22. Para ampliar a amostra, a partir das Licenças de Operação de 2016<sup>13</sup>, constantes no site do IBRAM<sup>14</sup>, foi verificado se os referidos documentos foram expedidos com pré-requisitos/exigências, implicando fiscalização futura, em consonância com a determinação plenária IV-a da Decisão nº 2149/2015 que determinou o acompanhamento e o controle das condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento.

23. Por fim, em relação ao cumprimento dos prazos de análise (item II-b da Decisão 2149/2015), verificou-se somente as licenças concedidas à partir de 2014, pois as licenças anteriores já foram objeto da auditoria realizada em 2013.

## **2. Análise do atendimento das deliberações**

### **2.3 QM nº 1 – O IBRAM elaborou manual de procedimentos para orientar a concessão de licenciamento ambiental e sua fiscalização?**

*O IBRAM está adotando solução alternativa, com medidas para orientar e padronizar os procedimentos de licenciamento, seja com a produção de pareceres estruturados ou com a criação de banco de condicionantes. Há processo específico no Órgão relativo à elaboração de Instrução Normativa que trata do assunto.*

<sup>13</sup> Ver PT 3 (fls. 1129 a 1134).

<sup>14</sup> <http://www.ibram.df.gov.br/servicos/relacao-de-licencas-e-autorizacoes-ambientais/2016/licencas-de-operacao.html>



**2.1.1 Decisão nº 2.149/2015, IV-a: – recomendar ao IBRAM que: a) elabore manual referente aos serviços de licenciamento ambiental e sua fiscalização;**

### Situação que levou à proposição da deliberação

24. À época da auditoria, observou-se que o IBRAM não possuía manual nem padronização de tarefas para o desenvolvimento das atividades de licenciamento e procedimento de emissão de autorização ambiental e, da mesma forma, não possuía um mapeamento de processos estabelecido (fls. 673/674).

25. Para sanear a questão, no Plano de Ação encaminhado estava prevista a criação de um caderno de Instruções Normativas, dividido em dois capítulos, de modo a regulamentar o licenciamento de atividades específicas no âmbito do IBRAM:

**Quadro 2 – Medidas do plano de ação**

Determinar ao Instituto que apresente novo Plano de Ação em que aponte as medidas a serem tomadas para que sejam:	Medidas a serem adotadas para cumprimento das proposições (Ações)	Período de implementação
Padronizados e manualizados seus procedimentos (item IV-a da Decisão nº 2.149/2015).	Criação de um caderno de Instruções Normativas, dividido em dois capítulos, de modo a regulamentar o licenciamento de atividades específicas no âmbito do IBRAM.	Dezembro/2016 e Junho/2017

### Providências adotadas e comentários dos gestores

26. O Gerente de Planejamento Institucional, Sr. Rogério de Castro, informou<sup>15</sup> que já foi implementada “lista de verificação ou *checklist*”. Os “*checklists*” são documentos gerais e específicos por atividade e por fase de licenciamento e estão disponíveis no site do Instituto<sup>16</sup> e em utilização pelo setor responsável pela autuação de novos processos de licenciamento ambiental.

27. Acrescentou ainda que para padronizar e otimizar a análise técnica dos processos de licenciamento ambiental há um cronograma de execução para a construção de Pareceres Estruturados (documento com itens pré-definidos a serem respondidos), abrangendo 20 atividades/empreendimentos, nas diferentes fases do licenciamento ambiental, o que corresponde a mais de 90% das demandas por licenças ambientais.

<sup>15</sup> Ofício nº 696/2017-IBRAM/PRESI (fls. 1051/1052).

<sup>16</sup> O endereço eletrônico <http://www.ibram.df.gov.br/component/k2/item/3035-iista-de-documentos-para-abertura-deprocesso-de-licenciamento-ambiental-checklist.html> assinala os diversos procedimentos para análise documental das distintas licenças ambientais.



28. A criação de Pareceres Estruturados e a confecção de Termos de Referência e Banco de Condicionantes<sup>17</sup> para 10 atividades sujeitas ao licenciamento ambiental está prevista para o ano de 2017 (fl. 1052).

29. Por fim, registrou que foi elaborada uma minuta de Instrução Normativa<sup>18</sup>, que estabelecerá procedimentos para o processo de licenciamento ambiental.

## **Análise**

30. Quanto à criação dos “*checklists*” consultou-se o site<sup>19</sup> do IBRAM e verificou-se que estão disponíveis os formulários de análise documental das requisições de Licenças Prévia, de Instalação, de Operação, de Operação Corretiva, de Instalação (ampliação e reforma) e de renovação de Licença de Operação. Há campos de preenchimento referentes a “documentos gerais” e “documentos específicos, conforme a atividade”.

31. Entende-se, ainda, que a criação de mecanismos internos com vistas a elaboração de pareceres estruturados e padronizados é medida que, em princípio, poderá facilitar o exame das diversas requisições de distintas atividades, promovendo uniformização nas análises dos pedidos de licenças.

32. Diante das ações já adotadas, e em vias de implementação pelo IBRAM, entende-se que pode ser considerado cumprido o item IV-a da Decisão nº 2.149/2015.

## **2.2 QM nº 2 – O IBRAM está acompanhando e controlando as condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento?**

*Não. Há um elevado percentual de licenças ambientais sendo emitidas sem que seja feita a fiscalização posterior das exigências/condicionantes.*

**2.1.1 Decisão nº 2.149/2015, II-a:** – “determinar ao IBRAM que: a) adote medidas gerenciais para dar cumprimento ao disposto nos incisos VIII e XV do art. 9º da Lei nº 41/89 e inciso III do Art. 20 do Regimento Interno do IBRAM, realizando o acompanhamento e o controle das condicionantes, recomendações e restrições advindas do licenciamento (achado 04);”

### **Situação que levou à proposição da deliberação**

33. À época da auditoria, em 2013, verificou-se que o IBRAM habitualmente expedia licenças ambientais com exigências de ações corretivas a serem observadas, em detrimento da adoção de medidas anteriores ao deferimento.

<sup>17</sup> A QM 2 verifica se a emissão de licenças está sendo feita com condicionantes.

<sup>18</sup> Ainda está em elaboração a minuta de Instrução Normativa (Processo nº 00.391.0001.889/2017-14, disponível no Portal do GDF-SEI).

<sup>19</sup> <http://www.ibram.df.gov.br/component/k2/item/3035-iista-de-documentos-para-abertura-deprocesso-de-licenciamento-ambiental-checklist.html>



34. E, como registrado, anteriormente *“Tal fato, aliado à ausência do monitoramento das exigências feitas, propicia que os empreendimentos licenciados funcionem sem que se adotem as medidas necessárias à conformação às normas legais ambientais, o que pode possibilitar a ocorrência de danos (fl. 679)”*.

### Providências adotadas e comentários dos gestores

35. Realizou-se, inicialmente, o exame “in loco” em diversos processos<sup>20</sup>, para ver se o procedimento de expedição de licenças ambientais ainda estaria sendo feito com condicionantes, porém com futura fiscalização para verificar o cumprimento das exigências constantes nas licenças ambientais.

36. Posteriormente, analisou-se também se as Licenças de Operação do ano de 2016 (disponíveis no site do IBRAM) foram emitidas com condicionantes<sup>21</sup>.

### Análise

37. A tabela a seguir assinala o percentual de empreendimentos, da amostra examinada *in loco*, em que as licenças ambientais foram emitidas com diversas exigências:

**Tabela 4 – Licenças emitidas com condicionantes**

As licenças ambientais foram emitidas com pré-requisitos/condicionantes?									
	Licença Prévia (LP)			Licença de Instalação (LI)			Licença de Operação (LO)		
	SIM	NÃO	N/A	SIM	NÃO	N/A	SIM	NÃO	N/A
<b>Total</b>	2	1	2	8	2	0	13	3	0
<b>%</b>	8%	4%	8%	32%	8%	0%	52%	12%	0%

Fonte: PT2.

38. Assim, dos processos examinados *in loco*, 52 % das Licenças de Operação (13) foram emitidas com diversas exigências/condicionantes. Dessas 13 (treze), observamos que em 7 (sete) processos (**53,85%**) não é possível constatar se houve fiscalização posterior para verificar se as condicionantes foram cumpridas dentro do prazo, o que assinala falhas no acompanhamento dos processos de licenciamento e em desacordo com o item II-a da Decisão nº 2.149/2015.

39. Em outras 3 (três) Licenças de Operação (23,08%) também não houve fiscalização posterior, mas observa-se que nessas Licenças as condicionantes referem-se a ações que devem ser feitas em intervalos regulares ou prazos longos ou tratam de solicitação de documentos que devem ser apresentados ou outros esclarecimentos de caráter informativo<sup>22</sup>, o que não caracteriza, necessariamente, uma falha de atuação da fiscalização.

<sup>20</sup> PT 2, Tabela 1 (fl. 1102).

<sup>21</sup> PT 3 (fls. 1129 a 1134).

<sup>22</sup> Processo nº 391.002.033/2016, Licença de Operação nº 39/2016 – 5. O produto perigoso fracionado deverá ser acondicionado de forma a suportar os riscos de carregamento, transporte, descarregamento e transbordo, sendo o expedidor responsável pela adequação do acondicionamento segundo especificações do fabricante.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



40. Em apenas 2 (duas) Licenças de Operação (15,38%) foi possível observar que houve fiscalização posterior. Em uma Licença (7,69%) ainda não era necessária fiscalização por ter sido concedida recentemente e não havia prazos curtos.

**Tabela 5 – Processos com Licenças de Operação emitidas com condicionantes e sem fiscalização posterior**

Nº Ref.	Nº do Processo	Nº Licença	Data da LO
1	190.000.314/2000	044/2016	12/12/2016
2	391.001.007/2009 (0391-00013733/2017-78)	037/2017	19/09/2017
5	190.001.275/2005	035/2016	04/10/2016
6	190.000.593/2001	045/2016	04/01/2017
7	190.000.751/2001	051/2016	02/01/2017
19	190.001.379/2001	017/2017	08/05/2017
22	00391-00015721/2017-88	041/2017	23/08/2017

41. Em diversas situações é fixado prazo (30, 60, 90 dias, etc.) para que o empreendedor cumpra exigências constantes das licenças ambientais, como observado na tabela a seguir:

**Tabela 6 – Processos da amostra com condicionantes sem fiscalização (até 01/11/2017)**

<b>Implantação da Central de Tratamento de Samambaia (Aterro Sanitário) - Processo nº 190.000.314/2000</b>
<b>Licença de Operação nº 044/2017 – Data da Licença: 12/12/2016</b>
2. Apresentar, <b>no prazo de 60 dias e antes do início da operação</b> , Plano de Operação do Aterro Sanitário;
<b>Implantação do projeto básico dos calçadões (asa sul) - Processo nº 391.001.007/2009</b>
<b>Licença de Operação nº 037/2017 – Data da Licença: 20/07/2017</b>
2. Devem ser implantados banheiros públicos no local do empreendimento, com base na Lei Distrital nº 4226/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de banheiros públicos em áreas públicas do Distrito Federal; A NOVACAP <b>deverá apresentar em 30 (trinta) dias um cronograma para instalação dos banheiros permanentes.</b>
3. <b>Em caráter provisório, até que se construa os banheiros definitivos, deve ser apresentado documento que assegure a presença de banheiros químicos</b> , sempre que necessário, até instalação e operação dos banheiros permanentes;
6. <b>Verificar e sanar o lançamento de esgoto in natura do lançamento próxima à Ponte no prazo de 45 dias.</b> Apresentar os laudos/relatórios, tanto da CAESB quanto da NOVACAP, referentes ao lançamento de esgoto in natura no lançamento que estava recebendo esta carga;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



<b>Avicultura (450.000 aves, 18 galpões aviários) - Processo nº 190.001.275/2005</b>
<b>Licença de Operação nº 035/2016 – Data da Licença: 04/10/2016</b>
12. <b>Apresentar em 30 (trinta) dias cronograma de execução da ampliação das composteiras existentes na propriedade</b> , de acordo com o previsto nas complementações “Cálculo da Capacidade de Armazenamento das Composteiras” constantes nas fls. 375 a 396 do processo (Protocolo nº 888.006.203/16), constando obrigatoriamente da data de início e conclusão das adequações.
<b>Posto de Abastecimento, Lubrificação e Lavagem de Veículos - Processo nº 190.000.751/2001</b>
<b>Licença de Operação nº 051/2016 – Data da Licença: 04/01/2017</b>
2. <b>Reformar a caixa de areia e caixa separadora do Sistema de Separação de Água e Óleo</b> exclusivo da atividade de lavagem de veículos e apresentar, <b>em um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da Licença</b> , relatório fotográfico constando essas adaptações; 3. <b>Adequar o tanque de armazenamento de Óleo Usado e Contaminado</b> conforme a Instrução Normativa IBRAM 213/2013 e apresentar documentos que comprove tal adequação, como notas fiscais e relatório fotográfico. <b>O prazo máximo para essa adequação e apresentação dos documentos é de 60 (sessenta) dias a partir da publicação da Licença;</b> 4. <b>Instale canaleta que circunda toda a área das descargas à distância e apresentar relatório fotográfico constando essa adequação em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação da Licença;</b>

42. Conforme se observa, há necessidade de vistorias e fiscalizações posteriores para verificar o cumprimento das condicionantes. Contudo, como observado nos processos analisados, há um elevado percentual (53,85%) de licenças ambientais sendo emitidas sem que seja feita a posterior fiscalização.

### Outras considerações

43. Consultando somente as Licenças de Operação<sup>23</sup>, do ano de 2016, constantes no site do IBRAM, verificou-se que 66,66%<sup>24</sup>, foram expedidas com exigências/condicionantes.

44. O resultado de tal exame encontra-se no PT 3, sintetizado na tabela a seguir:

**Tabela 7 – Condicionantes nas Licenças de Operação de 2016**

Licenças de Operação - 2016	
TOTAL DE LICENÇAS <sup>25</sup>	48
TOTAL DE LICENÇAS COM CONDICIONANTES	32
% LICENÇAS COM CONDICIONANTES	66,66%

Fonte: Site do IBRAM em 01/11/2017.

<sup>23</sup> Não foi realizado o exame *in loco*. A análise foi feita somente consultando as Licenças de Operação constantes do site <http://www.ibram.df.gov.br>.

<sup>24</sup> Há um total de 54 licenças, sendo que 48 estão disponíveis em arquivo PDF.

<sup>25</sup> No site, há um total de 54 licenças de operação. Contudo, 6 estão sem o arquivo digitalizado. Por isto, considerou-se somente 48 licenças.



45. Em negrito, destacou-se alguns pré-requisitos/condicionantes de algumas licenças, que impõem prazos (30, 60, 90 dias, etc.) para adoção de diversas medidas após a emissão da licença, tais como:

- a) Instalar sistema de retenção de resíduos sólidos (Processo: 190.001.198/2001);
- b) Apresentar novo Relatório de Investigação Detalhada da área e Avaliação de Risco à Saúde Humana, conforme ABNT NBR 15515-3, com nova reamostragem de água subterrânea (Processo: 190.001.198/2001);
- c) Apresentar em 30 (trinta) dias projeto que solucione a formação de processos erosivos observados nos taludes entre os galpões 2 e 3 (Processo 391.000.796/2015);
- d) Apresentar, no prazo de 90 dias, a contar da data de publicação desta licença, a comprovação, por meio de relatórios técnicos e fotográficos (acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART), das adequações de todas as fossas existentes na área, em conformidade com a NBR 7229/1993 (Processo 190.000.593/2001);
- e) Apresentar projeto e cronograma de instalação de fossas sépticas com sumidouros para as residências existentes na propriedade no prazo de 120 dias, a contar da data de publicação da Licença de Operação (Processo 190.000.913/2006).

46. Nas licenças ambientais verifica-se que há exigências ao empreendedor que são de caráter informativo/documental e outras, como as listadas acima, em que há necessidade de ação em curto prazo dada a possibilidade de dano ao meio ambiente se não forem cumpridas<sup>26</sup>.

47. Vale registrar que a Resolução Conama 237/97, art. 8º, autoriza a operação da atividade ou empreendimento, **após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação**. No entanto, como observado, o IBRAM ainda apresenta falhas na fiscalização do atendimento das condicionantes.

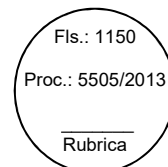
48. Diante do exposto, seria prudente que o Instituto primeiramente exigisse o cumprimento dessas demandas anteriores por parte do solicitante antes de conceder licenças de operação com condicionantes, que devem ser cumpridas em curto prazo e que não estão sendo fiscalizadas em sua totalidade.

49. Isto posto, sugere-se a esta Corte determinar ao IBRAM a adoção de medidas de gestão imediatas para o fiel cumprimento do item II-a da Decisão nº 2.149/2015 e, ainda, alertar a Presidência do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) que o não atendimento a determinações do Tribunal pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 272, VII do Regimento Interno do TCDF e da sanção prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1 de 1994.

## 2.3 QM nº 3 – O IBRAM desenvolveu procedimentos de controle de prazos?

---

<sup>26</sup> Em todas as Licenças há um campo de “condicionantes, exigências e observações”. Não há divisão para cada item. Alguns itens podem ser interpretados como “observações”, dado o caráter apenas informativo, outros como “exigências” ou “condicionantes” que exigem ações do licenciado em prazos diferenciados para satisfazer os requisitos prévios de concessão da Licença.



*Sim. Implementou-se o Escritório de Processos na Unidade de Planejamento, houve capacitação de servidores, criação de indicadores ('benchmarking') e o sistema informatizado, que inclui os processos de licenciamento e fiscalização, está em fase de licitação.*

**2.1.1 Decisão nº 2.149/2015, II-b:** – “b) por intermédio da SULFI, ... a adequação dos procedimentos de controle de prazos e para a elaboração de estudos com levantamento das demandas e tempos de análise que possibilitem o atendimento das licenças nos prazos estabelecidos no Art. 14 da Resolução Conama nº 237/97 e §2º do Art. 16 da Lei nº 41/89 (achado 05)”.

### **Situação que levou à proposição da deliberação**

50. À época da auditoria, no exame das licenças analisadas observou-se que em 41% delas não foi cumprido o prazo de análise de até 6 (seis) meses do pedido até o (in)deferimento e de até 12 (doze) meses nos casos em que houve EIA/RIMA ou audiência pública.

51. Para sanear a questão, no Plano de Ação encaminhado, estava prevista, até junho de 2017 a adoção de medidas de gestão como a criação de escritório de processos, desenvolvimento de sistema informatizado para os procedimentos de licenciamento e fiscalização e capacitação de pessoal na área de gestão de processos (Tabela 2).

### **Providências adotadas e comentários dos gestores**

52. No intuito de tornar mais céleres os procedimentos de licenciamento ambiental e, por conseguinte, sejam cumpridos os prazos estabelecidos no Art. 14 da Resolução Conama nº 237/1989, o Instituto informou que foram capacitados servidores em gestão de processos, foi criado o Escritório de Processos e realizado o diagnóstico dos procedimentos de licenciamento e fiscalização com a criação de indicadores (fl. 1053):

“A empresa de consultoria EloGroup foi contratada por meio do acordo de cooperação internacional IBRAM/UNESCO e os trabalhos foram desenvolvidos no período de abril de 2016 a fevereiro de 2017. Dentre as entregas realizadas, destacam-se **a capacitação de mais de 50 servidores em Gestão por Processos e a idealização do Escritório de Processos do IBRAM, que logo em seguida, foi criado como uma unidade orgânica dentro da estrutura administrativa do Instituto (Gerência do Escritório de Processos - GESP).** Ainda durante a vigência do contrato com a consultoria, a EloGroup e o Escritório de Processos (GESP) realizaram um trabalho de **diagnóstico tanto do Licenciamento Ambiental quanto da Fiscalização.** Na ocasião, foram mapeados os processos mais relevantes, realizadas entrevistas com interessados/usuários, benchmarking em diversos órgãos com processos semelhantes e, por fim, idealizadas e testadas possíveis soluções de melhoria. Com o fim do contrato com a EloGroup, o Escritório de Processos, a partir da metodologia assimilada, deu sequência aos trabalhos de implantação das melhorias consideradas mais relevantes, de forma a aprimorar os processos de trabalho de licenciamento e fiscalização”. **(grifo nosso, fl. 1053)**



53. Registre-se, ainda, que já existe edital para a contratação da fábrica de software que irá desenvolver o sistema do IBRAM<sup>27</sup>.

### **Análise**

54. Os procedimentos adotados pelo IBRAM atendem ao Plano de Ação enviado para o atendimento do item IV da Decisão nº 2.149/2015.

55. Em síntese, o Instituto já cumpriu boa parte das medidas do Plano de Ação, quais sejam: implantação de escritório de processos, consultoria da EloGroup e desenvolvimento de sistema informatizado, inclusive com a criação de banco de condicionantes.

56. Registra-se que a obediência aos prazos para a emissão das diversas licenças referentes aos processos examinados no Instituto (PT2, Tabela 3, fl. 1104) assinalou uma melhora marginal em relação aos índices de 2013, sendo que 60,80% das licenças estão sendo emitidas no prazo<sup>28</sup>.

57. Por outro lado, a própria apresentação, por parte dos empreendedores, de informações complementares para atender as diversas exigências é processo que torna morosa a continuidade dos procedimentos de licenciamento.

58. Em princípio, a informatização dos processos de análise tende a elevar os índices de atendimento no prazo legal e, como informado durante a auditoria, deixará mais simples o gerenciamento dos prazos, seja do empreendedor para complementar as informações requeridas, seja dos analistas do IBRAM no exame dos pedidos de licenciamento.

59. Feitas estas considerações e tendo em vista as medidas já adotadas (e outras em vias de implementação), entende-se que pode ser dado como atendido o item IV-b da Decisão nº 2149/2015.

## **2.3 QM nº 4 – O IBRAM adotou medidas para que haja manutenção dos "parquinhos e playgrounds" existentes nos parques sob sua administração?**

*Sim. Foi feito contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso para o fornecimento de mão de obra para a manutenção de parques.*

### **2.1.1 Decisão nº 2.149/2015, IV-b.i: – “IV – recomendar ao IBRAM que: b) no que se refere à compensação ambiental (achado 08): i) providencie a manutenção dos “parquinhos e playgrounds” existentes.”**

<sup>27</sup> Execução de serviços de desenvolvimento, na modalidade Fábrica de Software, para construção do Sistema de Informações Ambientais do IBRAM – SISBRAM e suas interações/integrações, abrangendo os procedimentos e rotinas de trabalho mais relevantes da área administrativa e do ato licenciador do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF. Processo nº JOF-0273/2017 da UNESCO. Site: <http://www.un.org.br/licitacoes/Home/LicitacoesFechadas>. Fl. 1084.

<sup>28</sup> 14 de 23 processos (60,8%). Excluiu-se as colunas N/A da Tabela 3, o que reduziu a amostra inicial de 25 para 23 processos. A auditoria realizada em 2013 assinalou que 59% estavam sendo emitidas dentro do prazo.



### **Situação que levou à proposição da deliberação**

60. À época da auditoria, observou-se que os parques e playgrounds apresentavam problemas de manutenção, encontrando-se em mal estado de conservação.

61. Para sanear a questão, no Plano de Ação encaminhado, estava prevista a elaboração de Termo de Referência para a contratação de empresa cujo objetivo seria prover a manutenção dos parques.

### **Providências adotadas e comentários dos gestores**

62. O IBRAM informou que ao invés de realizar o procedimento licitatório, optou por parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP com fornecimento de mão de obra, além de adquirir materiais de diversos entes da administração distrital para minimizar os custos.

63. Os serviços<sup>29</sup> contemplados no contrato são os de eletricidade, hidráulica, pintura, serralheria, etc.

64. Registrou que os Parques do Paranoá<sup>30</sup> e Três Meninas (em Samambaia) já foram revitalizados<sup>31</sup>, sendo que os demais parques (18) se encontram no planejamento de manutenções corretivas e/ou preventivas.

### **Análise**

65. Em relação ao atendimento do item IV-b.i da Decisão nº 2.149/2015 se faz necessária uma retrospectiva dos fatos para melhor compreensão da matéria.

66. Decisão posterior, nº 3.576/2016, de 05/08/2016, determinou ao Instituto: *“apresente novo Plano de Ação em que aponte as medidas a serem tomadas para que sejam: (...) c) realizada a manutenção dos parquinhos e playgrounds (itens II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão nº 2.149/15)”*.

67. O IBRAM, naquele momento, esclareceu que após tratativas com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e com a NOVACAP, houve uma descentralização no ano de 2015 de recursos na ordem de R\$ 842.000,00 para a execução de serviços pela NOVACAP nos parques geridos pelo IBRAM, estando aí contemplados os playgrounds objetos do questionamento (fl. 1006). Tal descentralização foi oficializada por meio da Portaria Conjunta nº 11/2015 e instruída pelos processos nºs 112.000.612/2013 e 112.002.405/2011.

68. Dessa forma, o corpo técnico, na Informação nº 31/2016-SEAD/3ª Divisão, solicitou informações à NOVACAP sobre os recursos descentralizados por meio da Portaria, culminando com o item III da Decisão nº 3.198/2017 (fl. 1033):

<sup>29</sup> Fl. 1085.

<sup>30</sup> Feita a reforma do banheiro.

<sup>31</sup> Foi feita a pintura da sede, conserto, pintura e troca de areia do playground, conserto do banheiro, instalação de torneiras para hidratação, etc.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



*“III – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP que preste contas ao IBRAM dos recursos descentralizados por meio da Portaria Conjunta nº 11/2015 (Processos nºs 112.000.612/2013 e 112.002.405/2011), acompanhada dos comprovantes, documentações e relatório fotográfico inerentes à justificativa da execução da despesa, encaminhando no prazo de 60 (sessenta) dias cópia a esta Corte;”*

69. Neste momento, examina-se as informações prestadas pela NOVACAP por meio do Ofício nº 1352/2017-GAB/PRES (fl. 1082), com documentos fornecidos pela Diretoria Financeira relativos à prestação de contas dos recursos descentralizados a NOVACAP, por meio da Portaria Conjunta nº 11/2015.

70. Ao se examinar a documentação acostada aos autos verifica-se que os recursos oriundos dessa Portaria Conjunta foram aplicados em “Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas” e não na manutenção de parquinhos, conforme se depreende do teor da referida Portaria:

PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.  
OS TITULARES DOS ÓRGÃOS CEDENTE E FAVORECIDO, no uso das atribuições regimentais, e ainda, de acordo com o Decreto nº 17.698, de 23 de setembro de 1996, RESOLVEM:  
Art. 1º Descentralizar o crédito orçamentário na forma que especificam:  
PARA: U.O: 22.201 – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
U.G: 190.201 – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
DE: U.O.: 21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
U.G: 150.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE TRABALHO: 18.541.6208.8508.9169 – **Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas – Distrito Federal.**

NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
33.90.39	100	R\$ 842.000,00

Objeto: Descentralização de recursos orçamentários destinados à Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas no Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

71. Na documentação apresentada pela NOVACAP verifica-se que, de fato, os recursos foram aplicados em serviços de *“poda de grama, roçagem de vegetação espontânea, rastelamento de folhas secas, capina e limpeza de canteiros ornamentais”* (págs. 12, 47, 121, 125 do e-doc EDCDA82F-e, resposta da NOVACAP).

72. Assim, em que pese as informações prestadas pela NOVACAP não serem úteis ao presente processo, pode ser considerada atendida a determinação constante do item III da Decisão nº 3.198/2017.

73. Já em relação ao efetivamente determinado no item IV-b.i da Decisão nº 2.149/2015, ou seja, manutenção dos parquinhos e playgrounds, por intermédio de Nota<sup>32</sup> de Auditoria nº 12 (fls. 1046/1047) questionou-se o IBRAM se:

<sup>32</sup> Fl. 1079.



“foi elaborado Termo de Referência para a contratação de empresa para manutenção de parques das unidades de conservação? Quais as medidas de gestão adotadas pelo Instituto para a manutenção desses parques?”

74. O IBRAM informou que ao invés de realizar o procedimento licitatório, optou por parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso com fornecimento de mão de obra, além de adquirir materiais de diversos entes da Administração distrital, para minimizar os custos.

75. Por meio da Nota de Auditoria nº 18 (fl. 1079) solicitou-se informações adicionais acerca do convênio junto à FUNAP para a realização dos serviços de manutenção. Em resposta, o Instituto registrou que os serviços abrangidos pelo contrato<sup>33</sup> celebrado entre o IBRAM e a FUNAP referem-se a serviços gerais de reparos elétricos, hidráulicos, pintura, etc., sendo que já foram realizados serviços nos Parques de Três Meninas (Samambaia), Olhos D'água (Plano Piloto) e Vivencial (Paranoá).

76. Informou que todos os 18 (dezoito) parques geridos pelo IBRAM serão beneficiados com serviços corretivos e manutenções preventivas posteriormente.

77. Tendo em consideração as medidas adotadas pelo Instituto, entende-se que o item IV-b.i foi cumprido pelo IBRAM.

### **3 - Considerações Finais**

78. Restava pendente, neste segundo monitoramento, a verificação do cumprimento dos itens II-a, II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão 2.149/2015.

79. A realização desta etapa processual assinalou que apenas o item II-a<sup>34</sup>, referente à emissão de licenças ambientais, ainda não foi cumprido pelo jurisdicionado.

80. Como exposto na Questão de Monitoramento nº 4 (QM 4), também pode ser considerada atendida a determinação constante do item III da Decisão nº 3.198/2017.

81. Por fim, sugere-se a que a colenda Corte determine a adoção de medidas imediatas para o fiel cumprimento do item II-a da Decisão 2149/2015, ou seja, que a expedição de licenças ambientais seja realizada somente com todos os pré-requisitos/condicionantes necessários cumpridos.

82. Ademais, entende-se pertinente alertar ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM que o descumprimento da decisão sujeita o gestor do IBRAM às sanções previstas no art. 272, VII do Regimento Interno do TCDF.

<sup>33</sup> Processo nº 391000010695/2017-00, Contrato 04/2017 (fl.1085).

<sup>34</sup> Achado 7 do Relatório Final de Auditoria (fls. 628/689).



#### **4. Proposições**

83. Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:

- I) tomar conhecimento:
  - a) do presente Relatório de Monitoramento;
  - b) da documentação constante às fls. 1035/1094;
- II) considerar:
  - a) atendidos os itens II-b, IV-a e IV-b.i da Decisão nº 2.149/15 e o item III da Decisão nº 3.198/2017;
  - b) não atendido o item II.a da Decisão nº 2.149/2015;
- III) determinar ao IBRAM a adoção de medidas de gestão imediatas para o fiel cumprimento do item II-a da Decisão nº 2.149/2015;
- IV) alertar a Presidência do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) que o não atendimento ao item II-a da Decisão 2.149/2015 pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 272,VII do Regimento Interno do TCDF, bem como a sanção do art. 60 da Lei Complementar 1/1994;
- V) autorizar:
  - a) a continuidade do monitoramento, para verificação do cumprimento do item II-a da Decisão nº 2.149/2015;
  - b) o envio de cópia do presente Relatório ao IBRAM;
  - c) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências de estilo.

Brasília-DF, 13 de novembro de 2017.

Carlos Augusto Lopes Barbosa

ACE – Mat. 472-3

Evandro de Souza Gadelha

ACE – Mat. 675-1